

Educação sem Fronteiras 1ª Edição 2026

CAPÍTULO 5

ISBN: 978-65-01-97692-1 | DOI:10.5281/zenodo.20124802

Jaqueline de Souza

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

jackgbbs2@yahoo.com.br

Orcid: 0009-0006-5697-8974

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EJA: DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À APRENDIZAGEM

INCLUSIVE EDUCATION IN ADULT EDUCATION: CHALLENGES IN REALIZING THE RIGHT TO LEARNING

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade educacional destinada a garantir o direito à escolarização de sujeitos que, por diferentes fatores sociais, econômicos e culturais, não tiveram acesso ou permanência na escola em idade regular. Paralelamente, o avanço das políticas públicas voltadas à educação inclusiva ampliou a presença de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas nos diferentes níveis e modalidades de ensino, incluindo a EJA. Nesse contexto, torna-se necessário discutir os desafios e as possibilidades da implementação de práticas pedagógicas inclusivas nessa modalidade educacional. O presente estudo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos da educação inclusiva e discutir os principais desafios para a efetivação do direito à aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa,

desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em autores como Paulo Freire, Maria Teresa Mantoan, Miguel Arroyo, Lev Vygotsky e Stainback e Stainback. Os resultados evidenciam que a construção de uma educação inclusiva na EJA exige transformações nas práticas pedagógicas, na formação docente e na organização curricular, visando garantir a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Conclui-se que práticas pedagógicas dialógicas, flexíveis e contextualizadas contribuem para o fortalecimento de processos educativos mais democráticos e inclusivos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Educação de Jovens e Adultos; Inclusão Escolar; Práticas Pedagógicas; Diversidade.

ABSTRACT

Adult and Youth Education (EJA) is an educational modality designed to guarantee the right to schooling for individuals who, due to various social, economic, and cultural factors, did not have access to or remain in school at the regular age. Simultaneously, the advancement of public policies focused on inclusive education has broadened the presence of students with disabilities and other specific educational needs at different levels and modalities of education, including EJA. In this context, it becomes necessary to discuss the challenges and possibilities of implementing inclusive pedagogical practices in this educational modality. This study aims to analyze the theoretical foundations of inclusive education and discuss the main challenges for the effective realization of the right to learning in Adult and Youth Education. This is a qualitative research study, developed through a literature review, based on authors such as Paulo Freire, Maria Teresa Mantoan, Miguel Arroyo, Lev Vygotsky, and Stainback and Stainback. The results show that building an inclusive education in adult education requires transformations in pedagogical practices, teacher training, and curriculum organization, aiming to guarantee the participation and learning of all students. It is concluded that dialogical, flexible, and contextualized pedagogical practices contribute to strengthening more democratic and inclusive educational processes.

KEYWORDS: Inclusive Education; Youth and Adult Education; School Inclusion; Pedagogical Practices; Diversity.

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 e representa um importante instrumento de promoção da cidadania, da

equidade social e do desenvolvimento humano. Entretanto, historicamente, diferentes grupos sociais tiveram seu acesso à escolarização limitado por fatores econômicos, sociais e culturais, resultando em processos de exclusão educacional persistentes no contexto brasileiro.

Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como modalidade destinada a assegurar oportunidades de escolarização para sujeitos que não tiveram acesso ou permanência na escola na idade regular. Trata-se de um público marcado por trajetórias diversas, experiências de exclusão e múltiplas especificidades sociais e culturais, o que exige práticas pedagógicas mais flexíveis e contextualizadas.

Paralelamente, o avanço das políticas públicas voltadas à educação inclusiva ampliou a presença de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas nas diferentes modalidades de ensino, incluindo a EJA. A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que a diversidade humana deve ser reconhecida e valorizada no ambiente escolar, garantindo condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos, os desafios da inclusão tornam-se ainda mais complexos, considerando as desigualdades históricas que atravessam a trajetória educacional desses sujeitos. Questões relacionadas à formação docente, adaptação curricular, acessibilidade e desenvolvimento de metodologias inclusivas ainda representam obstáculos para a efetivação do direito à aprendizagem.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar exige transformações nas estruturas educacionais tradicionais, superando práticas excludentes e promovendo ambientes pedagógicos capazes de valorizar as diferenças. Da mesma forma, Arroyo (2017) destaca que os estudantes da EJA carregam experiências sociais e educacionais que precisam ser consideradas no processo pedagógico.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos da educação inclusiva e discutir os principais desafios e possibilidades da implementação de práticas pedagógicas inclusivas na Educação de Jovens e Adultos.

Como problema de pesquisa, questiona-se: quais são os principais desafios para a efetivação da educação inclusiva na Educação de Jovens e Adultos?

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar os desafios da implementação da educação inclusiva na Educação de Jovens e Adultos. Como objetivos específicos, busca-se:

- compreender os fundamentos da educação inclusiva;
- discutir os desafios da inclusão escolar na EJA;
- analisar práticas pedagógicas inclusivas;
- refletir sobre a importância da formação docente.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre inclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas, acessíveis e comprometidas com a valorização da diversidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos possui trajetória marcada por desafios históricos relacionados à exclusão social e educacional. Durante muitos anos, o acesso à escolarização esteve restrito a determinados grupos sociais, excluindo grande parcela da população brasileira.

A partir da segunda metade do século XX, surgiram movimentos voltados à alfabetização de jovens e adultos, destacando-se as contribuições de Paulo Freire. O autor defendia uma educação libertadora e crítica, baseada no diálogo e na valorização das experiências dos educandos.

Freire compreendia a alfabetização como instrumento de transformação social. Para o autor, o processo educativo deveria promover a consciência crítica dos sujeitos, possibilitando sua participação ativa na sociedade.

Com a Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida como direito de todos e dever do Estado, fortalecendo políticas públicas voltadas à EJA. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) consolidou a Educação de Jovens e Adultos como modalidade da educação básica.

Apesar dos avanços legais, a EJA ainda enfrenta dificuldades relacionadas à evasão escolar, falta de investimentos e desigualdades sociais que impactam diretamente o acesso e a permanência dos estudantes.

Segundo EDYTHE MARGOLIN, “o mestre deve estar disposto a aceitar certa desordem no trabalho infantil, algumas pinceladas grosseiras, quando seriam mais artísticas, talvez pinceladas mais finas ou mais minuciosas, alguns deslizos do pincel, algumas manifestações externas de zanga ou impaciência pelas crianças, quando o produto não corresponde ao que ele esperava. Quando se impõe de saída, padrões em excesso, as crianças encontrarão motivos para não tentá-los de maneira alguma e abandonam a atividade”. (1964 – p. 6)

Não basta a criança saber ler e escrever, ela precisa sentir as coisas que a rodeiam, ela tem que ter consciência do ambiente em que vive.

Quando a criança tiver a consciência do ambiente que a rodeia, vai despertar nela o impulso pessoal e espontâneo, curiosamente de fazer perguntas, arrancar respostas, fazer novas relações. Tudo isto desenvolve a sua criatividade e a sua mente.

2.2 Fundamentos da Educação Inclusiva

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado no reconhecimento da diversidade humana como elemento constitutivo do processo

educativo. Sua proposta baseia-se na construção de sistemas educacionais capazes de garantir participação e aprendizagem para todos os estudantes.

A Declaração de Salamanca, publicada em 1994, representa um importante marco internacional para a educação inclusiva. O documento defende que as escolas devem acolher todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar exige transformações nas estruturas educacionais tradicionais. Não se trata apenas da inserção física do estudante na escola, mas da construção de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e promovam igualdade de oportunidades.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky também contribui significativamente para os estudos sobre inclusão escolar. O autor compreende a aprendizagem como processo mediado socialmente, destacando a importância das interações sociais para o desenvolvimento humano.

Nesse contexto, as diferenças individuais não devem ser compreendidas como obstáculos à aprendizagem, mas como características que enriquecem o ambiente educativo.

2.3 Inclusão Escolar na Educação de Jovens e Adultos

A inclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos apresenta desafios específicos relacionados às características do público atendido por essa modalidade.

Os estudantes da EJA possuem trajetórias educacionais marcadas por interrupções escolares, desigualdades sociais e experiências de exclusão. Além disso, observa-se o aumento da presença de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas nessa modalidade de ensino.

Entretanto, muitas instituições educacionais ainda apresentam dificuldades para garantir acessibilidade, adaptação curricular e atendimento adequado às necessidades dos estudantes.

Entre os principais desafios identificados destacam-se:

insuficiência da formação docente;

carência de recursos pedagógicos adaptados;

ausência de políticas públicas específicas;

dificuldades estruturais;

práticas pedagógicas tradicionais e excludentes.

Arroyo (2017) destaca que os sujeitos da EJA carregam histórias de exclusão social que precisam ser consideradas no processo educativo.

Essas experiências são essenciais: a criança precisa vivê-las por si mesma para se constituir como um indivíduo que pode, deve e saberá pensar de forma autônoma.

2.4 Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas

A construção de práticas pedagógicas inclusivas exige a adoção de metodologias que reconheçam a diversidade presente nas salas de aula.

As contribuições de Paulo Freire evidenciam a importância do diálogo e da valorização das experiências dos estudantes. Nesse sentido, metodologias participativas contribuem para fortalecer o envolvimento dos educandos no processo de aprendizagem.

Entre as estratégias pedagógicas inclusivas destacam-se:

rodas de conversa;

projetos interdisciplinares;

atividades colaborativas;

flexibilização curricular;

utilização de tecnologias assistivas.

Outro aspecto fundamental refere-se à formação continuada dos professores. Educadores preparados para lidar com a diversidade tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais acessíveis e sensíveis às necessidades dos estudantes.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica.

A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de analisar contribuições teóricas relacionadas à educação inclusiva e à Educação de Jovens e Adultos, buscando compreender os desafios presentes nessa interface.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações e documentos legais relacionados ao tema investigado.

Foram selecionados autores com reconhecida contribuição para os estudos sobre educação inclusiva e EJA, entre eles Paulo Freire, Maria Teresa Mantoan, Miguel Arroyo, Lev Vygotsky e Stainback e Stainback.

A análise dos materiais ocorreu por meio de leitura interpretativa e crítica, identificando conceitos, abordagens e reflexões relevantes para a compreensão das práticas pedagógicas inclusivas na Educação de Jovens e Adultos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Desafios da Inclusão na EJA

Os estudos analisados demonstram que a inclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos ainda enfrenta diversos obstáculos estruturais e pedagógicos.

Entre os principais desafios identificados destacam-se a falta de formação docente específica para atuação em contextos inclusivos, a ausência de recursos pedagógicos adaptados e as dificuldades relacionadas à acessibilidade física e curricular.

Além disso, muitos estudantes da EJA convivem com situações de vulnerabilidade social, o que influencia diretamente sua permanência e participação no processo educativo.

Outro aspecto relevante refere-se à permanência de práticas pedagógicas tradicionais que desconsideram as especificidades dos estudantes.

4.2 Práticas Pedagógicas Inclusivas na EJA

As práticas pedagógicas inclusivas constituem elementos fundamentais para garantir participação e aprendizagem no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

Estratégias baseadas no diálogo, na participação e na valorização das experiências dos estudantes contribuem para fortalecer o processo educativo.

A flexibilização curricular e o uso de recursos pedagógicos diversificados também favorecem a construção de ambientes escolares mais democráticos.

Além disso, o uso de tecnologias assistivas amplia as possibilidades de participação dos estudantes com deficiência.

4.3 Formação Docente e Direito à Aprendizagem

A formação docente representa um dos principais fatores para a consolidação de práticas inclusivas na Educação de Jovens e Adultos.

Educadores preparados para lidar com a diversidade tendem a desenvolver metodologias mais acessíveis e sensíveis às necessidades dos estudantes.

Os resultados analisados evidenciam que a formação continuada contribui significativamente para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das contribuições teóricas relacionadas à educação inclusiva e à Educação de Jovens e Adultos evidencia que a construção de práticas educacionais inclusivas ainda representa um desafio significativo no contexto brasileiro.

A diversidade presente nas turmas da EJA exige a reorganização das práticas pedagógicas, dos currículos e das estratégias de ensino, de modo a garantir condições efetivas de aprendizagem para todos os estudantes.

Os estudos analisados demonstram que a inclusão escolar ultrapassa a simples presença física do estudante na escola, envolvendo a construção de ambientes educacionais acessíveis, democráticos e comprometidos com a valorização das diferenças.

Também foi possível identificar que a formação docente, a ampliação de políticas públicas e o fortalecimento de estratégias pedagógicas inclusivas constituem elementos essenciais para a efetivação do direito à aprendizagem na EJA.

Por fim, destaca-se a necessidade de ampliação das pesquisas e debates sobre inclusão na Educação de Jovens e Adultos, contribuindo para o desenvolvimento de sistemas educacionais mais justos, democráticos e socialmente comprometidos.

6 DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro que sou autor(a) deste Trabalho de Conclusão de Curso defendido na FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUIS JABOTICABAL, no curso de especialização

em EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EJA: DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À APRENDIZAGEM - 2018, tendo como Orientador: Prof. Victor Simões da Costa Neto. Declaro também, que o mesmo, foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daqueles cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Assim, declaro, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

7 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.